

CENTRO HISTÓRICO DE FLORIANÓPOLIS: ENTRE PRESERVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

FLORIANÓPOLIS HISTORIC CENTER: BETWEEN CONSERVATION AND TRANSFORMATION

CENTRO HISTÓRICO DE FLORIANÓPOLIS: ENTRE PRESERVACIÓN Y TRANSFORMACIÓN

Maria Regina Weissheimer¹

RESUMO

Tomando como ponto de partida a análise de dados sociodemográficos de 2000 e 2010 disponibilizados pelos censos do IBGE, propõe-se uma leitura crítica sobre a situação atual da preservação do patrimônio urbano em Florianópolis. A reflexão integra pesquisa de doutorado em curso, cujo tema é a preservação do patrimônio urbano no Brasil e cujo objetivo central é repensar os mecanismos tradicionais de abordagem e de gestão, considerando não apenas o histórico da urbanização e da preservação no Brasil, mas também o cenário sociodemográfico atual dos sítios urbanos históricos. Para isso, foram utilizados dados estatísticos de 62 conjuntos urbanos históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além da Área de Preservação Cultural do centro de Florianópolis (de proteção municipal), cuja análise demonstra, dentre outros, um panorama geral de perda de população (apesar do crescimento demográfico das cidades em que os núcleos históricos se inserem) e de altos índices de vacância residencial. Trata-se, portanto, de um convite à reflexão sobre o modelo de preservação do patrimônio urbano em curso, a partir da análise do contexto atual de uso e ocupação dos conjuntos urbanos históricos, tomando como exemplo o caso de Florianópolis. Assim, sem negligenciar o histórico da preservação ou as particularidades de cada lugar, o que se propõe é uma análise crítica a partir da situação presente, que pode ser lida como o resultado de décadas de aplicação da teoria da restauração adaptada à escala urbana. Um convite a repensar algumas abordagens tradicionais de preservação urbana.

Palavras-chave: Patrimônio urbano. Preservação. Florianópolis.

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo (2005) e mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (2015) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação da FAU-USP (núcleo de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). Possui título de especialista em Políticas Culturais e Valorização do Patrimônio pela École nationale d'administration (ENA) da França (2013). Desde 2006 é servidora efetiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Foi Coordenadora de Paisagem Cultural junto ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan em Brasília entre 2009 e 2011. Desde 2011 atua como técnica na área de arquitetura e urbanismo junto à Superintendência do Iphan em Santa Catarina. Possui experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com atuação na área do Patrimônio Cultural e foco nos temas paisagem cultural, patrimônio urbano, análise e elaboração de projetos de arquitetura em contextos históricos.

ABSTRACT

Taking as a starting point the sociodemographic data analysis, from 2000 and 2010, made available by IBGE censuses, it is proposed a critical reading of the Florianópolis urban heritage preservation current situation. The reflection integrates ongoing doctoral research, whose theme is the urban heritage preservation in Brazil and whose main objective is to rethink the traditional approach and management mechanisms, considering not only the history of urbanization and preservation in Brazil, but also the historic urban sites current socio-demographic scenario. For this, were used statistical data from 62 historic urban complexes listed by the National Institute of Historical and Artistic Heritage and the Florianópolis center Cultural Preservation Area (with municipal protection), whose analysis shows, among others, a general loss population (despite the demographic growth of the cities in which the historic centers are located) and high residential vacancy rates. It is, therefore, an invitation to reflect about the current urban heritage preservation model, based on the analysis of the historic urban sets use and occupation current context, taking the case of Florianópolis as an example. Without neglecting the history of preservation or each place particularities, a critical analysis is proposed based on the present situation, which could be understand as the result of decades of the restoration theory adapted to urban scale application. An invitation to rethink some traditional approaches to urban preservation.

Keywords: Urban heritage. Urban conservation. Florianópolis.

RESUMEN

Tomando como punto de partida el análisis de los datos sociodemográficos de 2000 y 2010 puestos a disposición por los censos del IBGE, se propone una lectura crítica de la situación actual de la preservación del patrimonio urbano en Florianópolis. La reflexión integra la investigación doctoral en curso, cuyo tema es la preservación del patrimonio urbano en Brasil y cuyo objetivo principal es repensar el enfoque tradicional y los mecanismos de gestión, considerando no solo la historia de la urbanización y la preservación en Brasil, sino también el actual escenario sociodemográfico de los sitios urbanos históricos. Para ello se utilizaron datos estadísticos de 62 conjuntos urbanos históricos listados por el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional, además de la Área de Preservación Cultural del centro de Florianópolis (con protección municipal), cuyo análisis muestra, entre otros, un panorama general de pérdida de población (a pesar del crecimiento demográfico de las ciudades en las que se ubican los centros históricos) y altas tasas de desocupación residencial. Es, por tanto, una invitación a reflexionar sobre el modelo actual de conservación del patrimonio urbano, a partir del análisis del contexto actual de uso y ocupación de conjuntos urbanos históricos, tomando como ejemplo el caso de Florianópolis. Sin descuidar la historia de la preservación ni las particularidades de cada lugar, se propone un análisis crítico a partir de la situación actual, que puede leerse como resultado de décadas de aplicación de la teoría de la restauración adaptada a la escala urbana. Una invitación a repensar algunos enfoques tradicionales de la conservación urbana.

Palabras clave: Patrimonio urbano. Preservación. Florianópolis.

INTRODUÇÃO

O grande desafio da preservação urbana no presente relaciona-se com a necessidade de atualização tanto do conceito de patrimônio urbano, quanto dos instrumentos de proteção e gestão disponíveis, tendo em vista as grandes transformações da sociedade desde meados do século passado.

Os últimos cinquenta anos foram marcados, no cenário global, por uma transformação profunda da sociedade² e, desde 2010, mais de 50% da população mundial vive em áreas urbanas. No Brasil, a inflexão ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, quando a população urbana passou a ser proporcionalmente maior que a rural. Em 50 anos, a população urbana brasileira quase quintuplicou e os conjuntos urbanos históricos representam uma fração cada vez mais ínfima das cidades, perdendo suas antigas funções de centralidade e sofrendo com altos índices de vacância e despovoamento, especialmente nas capitais.

2 Françoise Choay (2002) vai mais além, e fala em transformação de civilização, não apenas de sociedade.

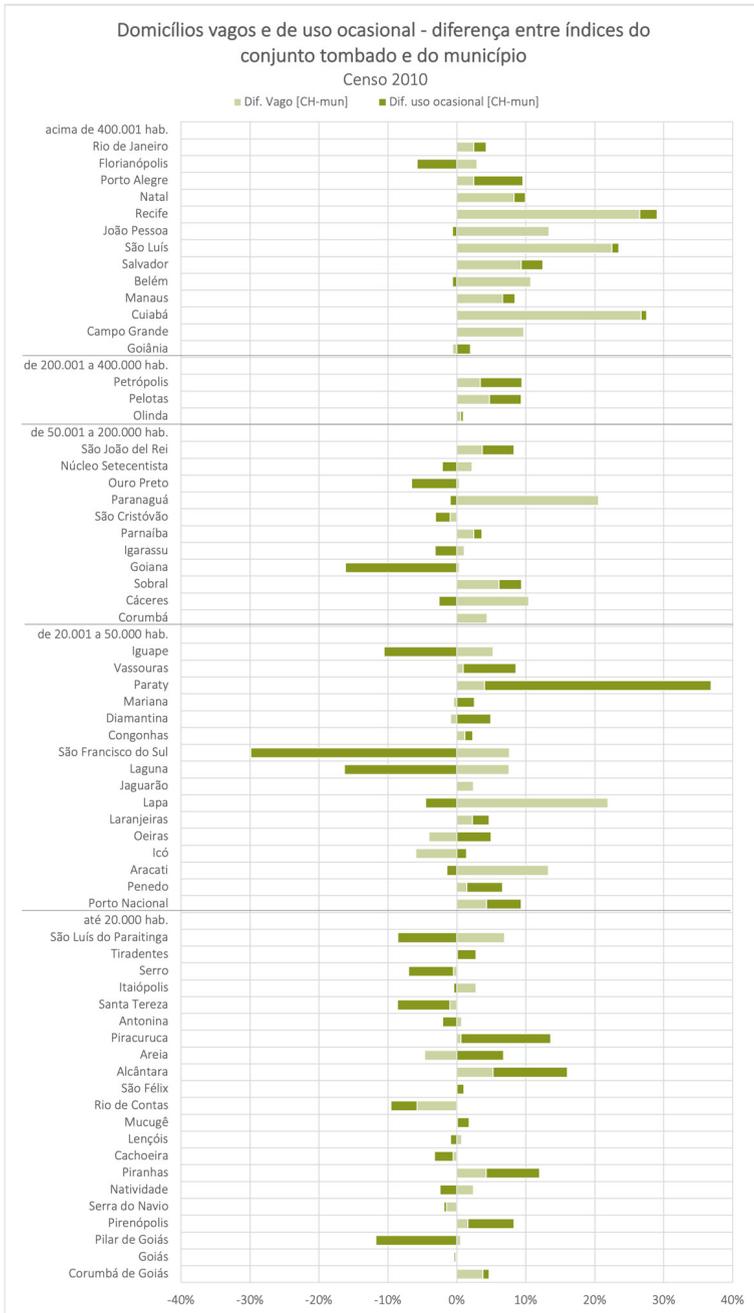


Gráfico 1: Diferença de índices de vacância e uso ocasional entre os conjuntos urbanos tombados analisados e os índices médios dos municípios em que estão inseridos. Fonte: produzido pela autora, com base nos dados do censo IBGE de 2010.

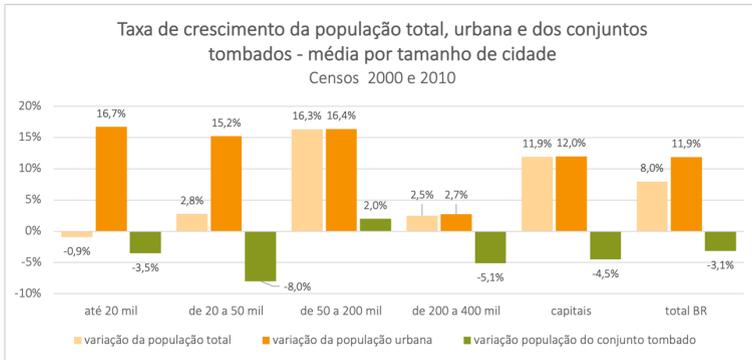


Gráfico 2: Diferença entre os índices de crescimento da população nos conjuntos urbanos protegidos (que em geral, perderam população) e os municípios em que se inserem, agrupados conforme tamanho da população urbana. Fonte: produzido pela autora, com base nos dados do censo IBGE de 2010.

O termo “patrimônio urbano” apareceu pela primeira vez na obra do engenheiro, arquiteto e historiador da arte italiano, Gustavo Giovannoni, cujas reflexões sobre a relação entre a cidade histórica e a moderna encontram-se agrupados em publicação de 1931, intitulada “*Vecchia città ed edilizia nuova*”. Já na época, Giovannoni se preocupava em apresentar uma abordagem alternativa àquela cunhada pelo movimento modernista, que propunha a funcionalização da cidade e a exclusão dos centros e bairros antigos da vida cotidiana. Segundo Françoise Choay, que escreve a apresentação da tradução francesa de 1998³, apesar da grande influência exercida na formação de uma geração de arquitetos e urbanistas italianos, o pensamento de Giovannoni não prevaleceu e, passada a Segunda Guerra Mundial, a prática da preservação do patrimônio urbano aproximou-se mais da visão fragmentária e funcionalista do modernismo do que da abordagem dialética e territorial proposta em *Vecchia città*.

Atualmente, o mais recente conceito de “*historic urban landscape*” (paisagem histórica urbana)⁴ encontra-se amplamente ancorado na constatação de que é preciso rever os modelos de preservação do patrimônio urbano colocados em prática, face à desconcertante transformação que o mundo conheceu a partir da década de 1960 e propõe, ao menos teoricamente, uma abordagem mais urbanística (por vezes até territorial) dos conjuntos urbanos históricos.

Para Francesco Bandarin, ex-diretor da UNESCO e um dos criado-

3 GIOVANNONI, 1998 [1931].

4 BANDARIN e VAN OERS, 2012; UNESCO, 2011.

res e defensores do conceito de paisagem histórica urbana, um dos dilemas atuais, que deveriam nortear a reflexão sobre a atualização dos instrumentos de preservação e gestão dos conjuntos urbanos históricos, é a (aparente) dicotomia entre preservação da matéria e da substância (ou entre os valores materiais e imateriais expressos nas cidades):

Veneza é hoje o exemplo extremo de uma cidade histórica que foi preservada em toda a sua autenticidade física, com uma abordagem que atende totalmente aos princípios de conservação estabelecidos. Ele também fornece um caso modelo de uma cidade que está olhando para os desafios do futuro e desenvolvendo respostas às mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, Veneza exemplifica a perda quase total dos valores sociais e culturais, claramente refletidos na emigração e substituição de grande parte da população, e no domínio de uma única atividade econômica: o turismo. Nesse sentido, Veneza não foi preservada como entidade urbana histórica. E ainda, uma nova estrutura social, baseada na presença de grupos populacionais não permanentes (viajantes, estudantes, turistas, etc.), criou novas dimensões sociais, enriquecidas pela importância de seus eventos culturais globais. [...] Vista do ponto de vista dos princípios de conservação urbana com consciência social, Veneza é um fracasso. No entanto, é difícil dizer que o seu significado universal se perdeu, como o prova o caráter único da sua forma urbana, a importância duradoura das suas realizações artísticas e o seu sucesso como centro global do turismo e das artes. Varanasi, a cidade mais venerada pelos hindus e por seguidores de outras religiões, como budistas, jainistas e Senthoo, permaneceu nos últimos três milênios como o lugar sagrado aonde as pessoas vêm em peregrinação em massa para se banhar no sagrado rio Ganges, e onde elas querem ser cremadas ao morrer. É uma das cidades sagradas mais significativas do mundo, carregada de valores espirituais e culturais. A sua importância religiosa e política conduziu, ao longo dos milênios, a muita destruição e alteração: a atual Varanasi é essencialmente uma estrutura que se originou no século XVI. Enquanto os valores tradicionais associados à religião e espiritualidade são autênticos e intactos, o mesmo não se pode dizer do tecido urbano e arquitetônico, em constante transformação e alterados para adaptar as estruturas e espaços aos novos usos exigidos por peregrinos, visitantes e turistas. Na verdade, muito pouco do tecido físico permaneceu intacto, apesar do fato de a paisagem urbana geral permanecer inalterada [...]. Apesar

da falta de autenticidade e integridade (físicas), os valores de Varanasi como cidade histórica e centro espiritual estão totalmente intactos. Então eis o dilema: na hora de escolher a cidade que melhor exemplifica nosso conceito contemporâneo de patrimônio, seria Veneza ou Varanasi?⁵

A pauta da preservação de conjuntos urbanos no rol das ações de proteção do patrimônio cultural começou a ser mundialmente difundida a partir do Pós-Guerra. No princípio, a preservação de áreas centrais foi ação de resistência às bruscas transformações urbanas trazidas no contexto europeu pela Revolução Industrial (ainda em meados do século 19^o) e, na sequência, empreendidas pelo urbanismo funcionalista. Nos anos 1960, a criação da Lei Malraux, na França (que introduziu, em 1962, os *secteurs sauvegardés* como novo instrumento de preservação urbana); o lançamento da Carta de Veneza (em 1964) e a conseqüente criação do ICOMOS impulsionaram o alargamento do conceito de patrimônio cultural (até então grandemente caracterizado pela noção de monumento histórico) e deram maior enfoque à preservação do patrimônio urbano.

Entretanto, na maioria das vezes, o patrimônio urbano dos centros e bairros antigos foi tratado de forma apartada do restante da cidade, privilegiando os aspectos formalistas e estéticos da sua constituição, em detrimento da sua dinâmica econômica e social.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o estímulo à atividade turística parecia ser a tábula da salvação para o patrimônio urbano, viabilizando uma fonte de recursos permanente que garantiria a sustentabilidade econômica dos sítios históricos.

No Brasil, a série de missões de assistência técnica realizadas pela Unesco, em cooperação com o governo brasileiro, entre 1964 e 1972, foi bastante representativa nesse sentido. O propósito central era o desenvolvimento de um programa brasileiro voltado para o turismo cultural, de acordo com o modelo difundido pela Unesco, no qual as ações de conservação e planejamento urbano visavam a promoção do turismo como fonte de renda e desenvolvimento⁷.

O relatório “*Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*” [Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turís-

5 BANDARIN e VAN OERS, 2012, p. 71. Tradução livre.

6 GIOVANNONI, 1998 [1931]; RIEGL, 2008 [1903]; SITTE, 1996 [1889].

7 RIBEIRO, 2021.

tico e econômico]⁸ do francês Michel Parent, de 1968, produzido no âmbito da cooperação técnica entre Iphan e Unesco, ilustra bem a importância central dada ao turismo como atividade econômica capaz de unir o ideal da preservação com o da sustentabilidade local, modelo posto em prática em diversos lugares – dentre os quais Veneza é hoje o exemplo mais extremo.

Nesse sentido, um ponto de destaque era o privilégio concedido à ideia de “cidade como obra de arte”, pautada pela extrema relevância dada a seus valores estéticos e da homogeneidade da sua paisagem urbana (especialmente a homogeneidade de linguagens, tipologias e gabaritos), cujas condições para preservação pareciam opor-se deliberadamente às transformações da vida moderna. A noção de uma beleza da paisagem urbana, a ser preservada e valorizada, é bastante evidente, por exemplo, na história da preservação dos bairros urbanos históricos de Paris⁹, exemplo mundialmente reconhecido e, muitas vezes, perseguido no campo da preservação urbana.

Ao mesmo tempo, se enfatizava a importância da aproximação entre preservação e planejamento urbano, dado os riscos de descaracterização e de destruição do patrimônio pelo vertiginoso crescimento urbano, então pautado por um modelo que pregava a renovação das cidades e não sua conciliação com a cidade antiga. A ideia, contudo, não era de congregar as necessidades contemporâneas à preservação do patrimônio, mas separá-las, inclusive fisicamente, com a criação de contornos viários e novos bairros afastados destinados à expansão urbana e à continuidade das funções cotidianas das cidades, enquanto o centro histórico era destinado a atividades de turismo e lazer. Essa foi a base, por exemplo, das proposições do arquiteto português Viana de Lima para Ouro Preto em 1968, ainda no âmbito das missões da Unesco iniciadas em 1964.

Atualmente, discute-se as consequências do modelo da política de proteção e valorização colocada em marcha, especialmente diante do quadro inquietante de despovoamento e desconexão urbana dos centros históricos, fenômeno que atinge a maioria dos conjuntos urbanos tombados no Brasil¹⁰, mas também parcela expressiva de áreas urbanas históricas em países como a França¹¹ e a Itália¹², com larga tradição no campo da conservação e do planejamento urbano.

Na maioria das vezes, os instrumentos de gestão do patrimônio ur-

8 LEAL, 2008.

9 FIORI, 2012.

10 WEISSHEIMER, 2021.

11 RAZEMON, 2016.

12 MICELLI e PELLEGRINI, 2018.

bano pautam-se por ações centradas na proteção (no Brasil, ação traduzida pelo tombamento), regulação e controle, cujas bases conceituais fundamentam-se na limitação de alturas, conservação de volumetrias e manutenção de elementos arquitetônicos, além da ideia de manutenção dos habitantes “tradicionais”. Tais noções são alicerçadas em documentos internacionais produzidos, especialmente, a partir da década de 1960, notadamente a Carta de Veneza¹³, seguida pela Resolução de Budapeste¹⁴, a Declaração de Amsterdã¹⁵, a Recomendação de Nairóbi¹⁶, a Carta de Washington¹⁷ e, mais recentemente, a Declaração de Quebec¹⁸ sobre o “espírito dos lugares”.

Ocorre que essa visão mais conservadora tem, muitas vezes, negligenciado as transformações recentes da sociedade, o que inclui mudanças comportamentais relacionadas a estilos de vida, composição familiar, migrações e fluxos demográficos. Sem falar na crise derivada da pandemia do COVID-19, que tem colocado definitivamente em xeque as abordagens fragmentárias que já vinham sendo questionadas, como a especialização de usos e o forte apelo à atividade turística.

Nas práticas de proteção e gestão de núcleos urbanos, ainda prevalece uma visão fragmentada do todo urbano, muitas vezes voltada à escala arquitetônica, sem uma compreensão urbanística ampliada e desconsiderando o cenário geral de vacância e despovoamento observado nos núcleos urbanos protegidos.

Em 2005, o arquiteto Cyro Correa Lyra, que atuou por mais de 40 anos junto ao corpo técnico do Iphan, defendeu a tese intitulada “Casa vazia, ruína anuncia”¹⁹. O estudo problematizava os diversos projetos de restauração desenvolvidos no âmbito do Programa Monumenta (efetivado pelo Governo Federal entre os anos 2000 e 2010) que não previam a quais usos seriam destinadas as edificações históricas depois de restauradas, o que implica, no final das contas, em verdadeiro desperdício de recurso público, pois apenas com a utilização cotidiana e um uso adequado é que as ações rotineiras de manutenção e conservação acontecem. Contudo, o que a pesquisa denunciava ia além do eventual desperdício de recursos públicos, mas também uma prática de preservação pautada na materialidade do objeto, mais que em seus usos e significados – como se a materialidade pudesse ser protegida apesar da função prática (que muitas vezes é também

13 ICOMOS, 1964.

14 ICOMOS, 1972.

15 ICOMOS, 1975.

16 ICOMOS, 1976.

17 ICOMOS, 1987.

18 ICOMOS, 2008.

19 LYRA, 2005.

simbólica) que lhe é (ou não) dada pela sociedade.

Documentos internacionais como o Memorando de Viena²⁰ e a Recomendação da Paisagem Histórica Urbana²¹, adotada pela UNESCO em 2011, têm buscado rediscutir as bases conceituais e metodológicas tradicionais, em prol de uma abordagem mais holística, integrada com o planejamento urbano e territorial, onde o caráter mutável, intrínseco das cidades e das sociedades no decorrer da história, deve ser levado em consideração.

É nesse contexto que se propõe o exercício de reflexão sobre o caso do centro histórico de Florianópolis.

1 A proteção do patrimônio urbano em Florianópolis

O caso Florianópolis se inscreve dentre os exemplos de áreas centrais urbanas protegidas de algumas capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife (bairros de Santo Antônio e São José), onde prepondera uma paisagem urbana heterogênea (marcada pela coexistência de um patrimônio arquitetônico construído até o século 19 com edifícios em altura construídos a partir do século 20). Em todos esses exemplos, a análise dos dados estatísticos de 2000 e 2010 demonstra uma tendência à perda populacional, com consequente esvaziamento da função residencial, aliada à altos índices de vacância²².

Florianópolis possui uma das mais antigas legislações de tombamento de nível municipal do Brasil. Fruto do chamado que o governo federal fez a Estados e municípios em prol da criação de instrumentos e órgãos específicos de preservação do patrimônio cultural em 1970 – cujos resultados estão expressos no Compromisso de Brasília (1970) e no Compromisso de Salvador (1971) – em 1974 foi promulgada, à luz do Decreto Lei n. 25/1937, a Lei Municipal n. 1.202/74, que instituiu o tombamento e criou o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município – SPHAM (atual Serviço de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural – SEPHAN, vinculado ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF)²³.

Foi justamente na década de 1970 que a paisagem urbana da cidade sofreu as maiores alterações. A tendência de verticalização da área central, já verificada a partir da década anterior, se acentuou e a construção do aterro da Baía Sul marcou definitivamente a ruptura com a antiga paisagem portuária.

20 ICOMOS, 2005.

21 UNESCO, 2011.

22 WEISSHEIMER, 2020.

23 ADAMS, 2002.



Imagem 1: foto aérea do centro da capital catarinense na década de 1940.
Fonte: fotografias históricas acervo UFSC, disponíveis em <https://www1.udesc.br/?id=2199>

Lançado em 1974, a aplicação do tombamento municipal a conjuntos urbanos históricos foi somente efetivada uma década mais tarde, em 1986, quando todas as principais alterações morfológicas do centro histórico já haviam se consolidado. O Decreto Municipal n. 270/86 tombou 10 conjuntos urbanos na área central de Florianópolis, que foram mais tarde incorporados às atuais Áreas de Preservação Cultural (APC's).

Diferente do tombamento federal e da maioria das legislações estaduais e municipais de tombamento, o Decreto n. 270/86 previu o enquadramento das edificações contidas dentro dos perímetros de proteção em uma de três categorias de preservação, sendo P1 a mais restritiva e P3 a menos rigorosa, classificação posteriormente incorporada à Lei Municipal 2.193/85 (conhecida como Plano Diretor dos Balneários):

Art. 2º [...] I - P-1 - Imóvel a ser totalmente conservado, ou restaurado, tanto interna como externamente [...] II - P-2 - Imóvel partícipe de conjunto arquitetônico, cujo interesse histórico está em ser desse conjunto, devendo seu exterior ser totalmente conservado ou restaurado, mas podendo haver remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamento externos não sejam afetados [...] III - P-3 - Imóvel adjacente a edificação ou a conjunto arquitetônico de interesse histórico, podendo ser demolido mas ficando a reedificação sujeita a restrições capazes de impedir que a nova construção ou utilização descaracterize as articulações entre as relações espaciais e visuais ali envolvidos, devendo ou não manter a volumetria, a critério do órgão Municipal de Planejamento [...].

Assim, em 1989 foi promulgado o Decreto n. 521/89, que *classifica, por critérios diferenciados de valor histórico, artístico e arquitetônico, os prédios integrantes dos conjuntos históricos tombados pelo Decreto n. 270/86*, classificação essa posteriormente retificada pelos decretos n. 190/90 e n. 2.198/04, que excluíram uma série de edificações do tombamento.

Os conjuntos tombados encontram-se atualmente agrupados em uma Área de Preservação Cultural (APC-1) pela Lei Complementar n. 482/2014, que instituiu o Plano Diretor do Município de Florianópolis em vigor, sendo que a mesma metodologia de proteção e classificação de imóveis – agora com cinco categorias ao invés de três – foi mais uma vez incorporada à legislação urbanística.

Do ponto de vista prático, o tombamento de conjuntos históricos em Florianópolis acaba incidindo sobre uma somatória de edificações individuais, listadas e classificadas conforme as categorias de preservação, não especificamente sobre o conjunto urbano delimitado. Nesse sentido, é notável que o Decreto n. 190/90 (o mesmo que excluiu algumas centenas de edificações dos conjuntos tombados pelo Decreto n. 270/86) tenha explicitamente tombado a malha viária urbana central, como se esse atributo não estivesse automaticamente incluso na proteção dos conjuntos urbanos. Essa abordagem, que buscou privilegiar um viés operacional nas análises e concessões (permissões para reformar, construir, demolir, isenções de IPTU ou transferência do direito de construir, essa incluída pelo Plano Diretor de 1985 e reafirmada pelo Plano Diretor em vigor), tende a configurar uma visão fragmentada dos conjuntos históricos, privilegiando aspectos arquitetônicos isolados em detrimento de uma compreensão urbanística (e, portanto, dinâmica) do próprio conjunto tombado e da relação que os setores protegidos têm (ou deveriam manter) com o todo urbano.

Várias questões podem ser lançadas à discussão a partir desse critério fragmentado de seleção e proteção. Do ponto de vista conceitual, uma das mais importantes é que a própria atribuição de valor é dinâmica, ou seja, uma série de bens que na década de 1980 não era considerada plausível para a proteção do conjunto urbano, hoje pode possuir outro caráter e, portanto, outros valores, tornando esses bens passíveis de proteção. Em Florianópolis, parcela considerável da arquitetura modernista da década de 1960, justamente no momento de maior transformação da paisagem do centro histórico, pode ser enquadrada nesse perfil.

A reflexão reversa também é possível, ou seja, sobre a discussão da proteção individual de imóveis fora dos conjuntos tombados que, a princípio, possuem algum valor cultural, mas cujo tombamento isolado encontra-se atualmente problematizado pela transformação severa das áreas

envoltórias, pela precariedade do estado de conservação e pela ausência de incentivos eficazes à sua preservação e fruição.

As próprias categorias de preservação deveriam ser periodicamente discutidas a partir desses entendimentos. Uma edificação classificada como P3 na década de 1980 pode vir a ter uma importância diferenciada na atualidade e não é possível (ou melhor, é pouco eficaz) proceder ao reequadramento, por decreto, a cada momento em que se torna necessária a reanálise dos valores patrimoniais expressos nos imóveis que configuram um conjunto.

Se analisada com atenção a listagem que integra o Anexo I do Decreto n. 190/90, serão identificadas edificações que, excluídas do tombamento naquela época, hoje já se revestem de valores que justificariam sua manutenção no conjunto. E, de fato, elas estão no conjunto! Mesmo as edificações enquadradas na categoria P3 pelo Decreto n. 270/86 e que não foram excluídas do tombamento, hoje poderiam ser enquadradas de maneira diversa.

Ainda em 1989, muitos dos edifícios em altura – como o antigo Hotel Royal, na Rua João Pinto; a sede da Secretaria Estadual de Educação, na Rua Antônio Luz; ou o Edifício São Jorge/ Lux Hotel, na Rua Felipe Schmidt²⁴ – foram enquadrados na categoria P3, ou seja, poderiam ser até mesmo demolidos, ação inconcebível na atualidade!

Essa é uma das maiores contradições da prática da preservação de conjuntos históricos urbanos – não só em Florianópolis, ou no Brasil, mas em todo o mundo. Pois, tradicionalmente, tem-se utilizado mecanismos de avaliação e proteção de bens arquitetônicos a conjuntos urbanos que são de natureza mais complexa do que um monumento individual. E é a natureza dinâmica, das transformações econômicas e sociais que marcam a história das cidades, que tem sido a mais negligenciada nas políticas de preservação.

2 Dados estatísticos do centro histórico de Florianópolis

Buscando trazer à tona informações sobre a dinâmica demográfica e socioeconômica do centro histórico de Florianópolis, foi reunida uma série de dados estatísticos dos dois últimos censos do Instituto Brasileiro de

24 Os dois últimos figuram entre as obras selecionadas pela publicação “Itinerários da arquitetura moderna – Florianópolis” (TEIXEIRA e YUNES, 2016), que apresenta uma compilação dos bens da arquitetura moderna florianopolitana mapeados por inventário realizado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Geografia e Estatística – IBGE (2000 e 2010) de setores censitários da área central.

Para isso, foram considerados 11 setores censitários que fazem parte ou encontram-se nas imediações do centro histórico de Florianópolis. A análise dos dados desses setores permite uma radiografia bastante apurada da dinâmica urbana da área central. Os dados restringem-se, contudo, aos anos de 2000 e 2010, sendo interessante que futuras pesquisas possam alargar o recorte temporal (tanto incorporando dados de 1991 ou décadas anteriores, se disponíveis, quanto de futuros censos), permitindo a construção de uma análise da tendência histórica da região, o que contribuiria ainda mais para subsidiar as reflexões sobre a preservação do patrimônio urbano.

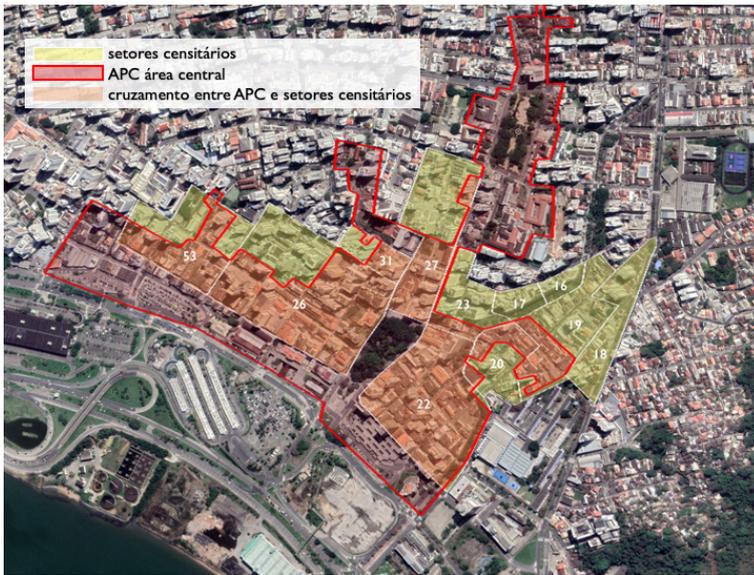


Imagem 2: Identificação dos 11 setores censitários considerados na análise, seguindo a numeração dada pelo IBGE em 2010 (últimos dois dígitos do número de identificação do setor).



Imagem 3: O setor 22 corresponde à área conhecida como Setor Leste.

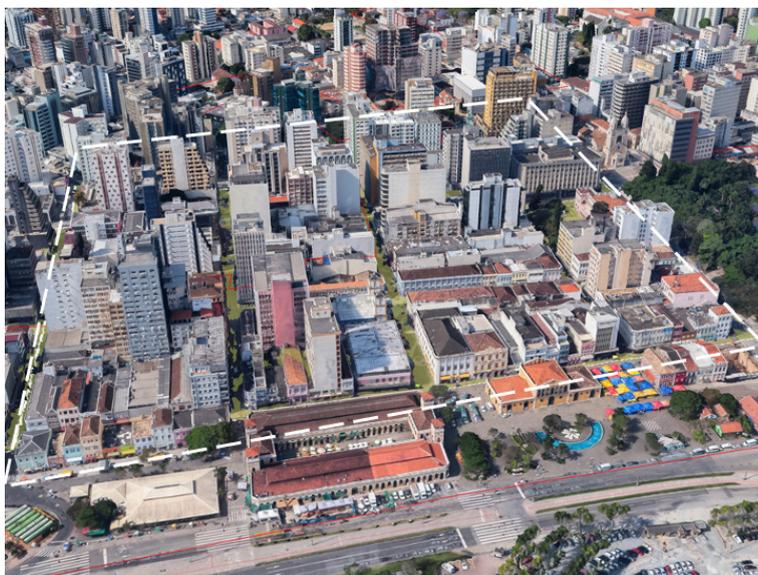


Imagem 4: O setor 26 corresponde à área comercial à oeste da Praça XV de Novembro.



Imagem 5: O setor 53 corresponde à área de comércio mais popular, incluindo parcela importante da Rua Conselheiro Mafra.



Imagem 6: Os setores 16 e 17 abarcam o grupo de edifícios conhecido como “paredão da Hercílio Luz” que, embora fora do perímetro da APC, configura uma área residencial com reflexos importantes no cotidiano do centro histórico.

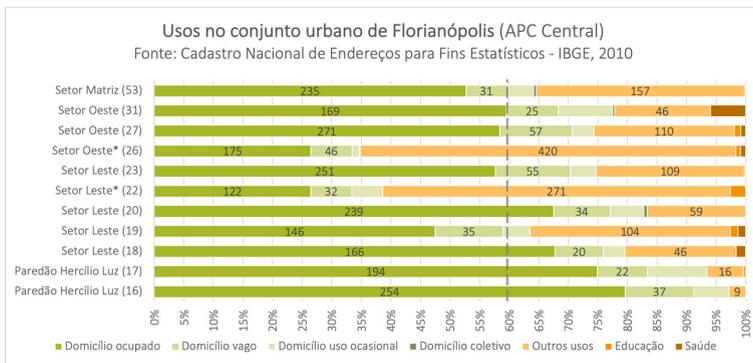


Gráfico 3: Usos no centro histórico de Florianópolis.

Ao todo, os 11 setores censitários analisados englobavam, em 2010, 4.106 endereços, dos quais 66,8% eram residenciais. A maioria dos habitantes dos setores censitários da área central moram em domicílios do tipo apartamento (92,3% do total).

Em 2010, os setores 16 e 17 (o “paredão da Hercílio Luz”) possuíam maior porcentagem de domicílios que os demais: mais de 95% do total de endereços nesses setores eram residenciais. Já os setores 22 e 26 (à leste e à oeste da Praça XV de Novembro, respectivamente) possuíam o menor percentual de domicílios (38,4% e 34,9% do total do setor, respectivamente) dentre os setores analisados.

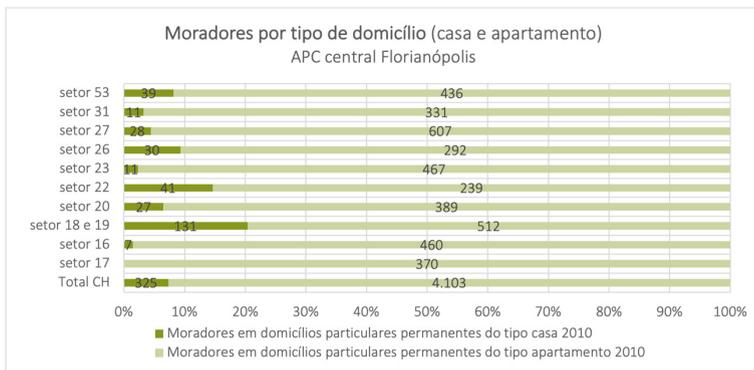


Gráfico 4: Total de moradores em casa e em apartamento por setor censitário na área central de Florianópolis em 2010.

No geral, a população dos setores censitários da área central analisados decresceu 22,2% entre os anos de 2000 e 2010 (enquanto a população florianopolitana total aumentou em 23%). Foram 220 moradores a menos em domicílios do tipo casa (o que corresponde a uma perda de 40,4% do total de moradores em casas) e 995 a menos em apartamentos (decrécimo

proporcional de 19,5% nesse tipo de domicílio).

O setor 22 (Setor Leste) foi o que contabilizou a maior perda relativa de moradores na década. Esse mesmo setor foi o que mais perdeu domicílios, especialmente os domicílios tipo casa.

Em geral, a perda populacional dos setores foi acompanhada da perda de domicílios, e vice-versa – os setores que ganharam moradores são aqueles que ganharam domicílios.

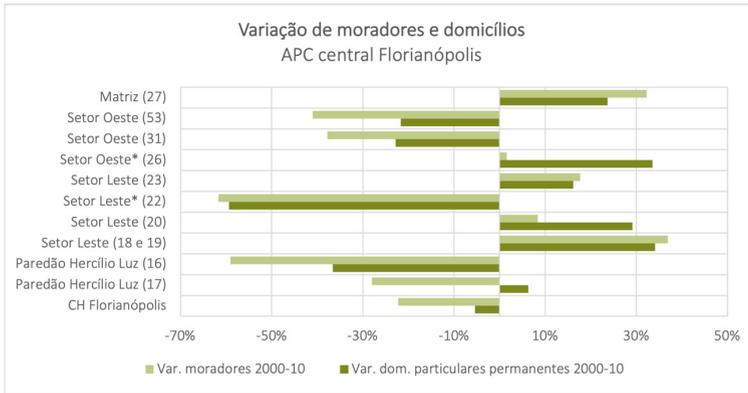


Gráfico 5: Variação de moradores e domicílios por setor censitário na área central de Florianópolis entre 2000 e 2010.

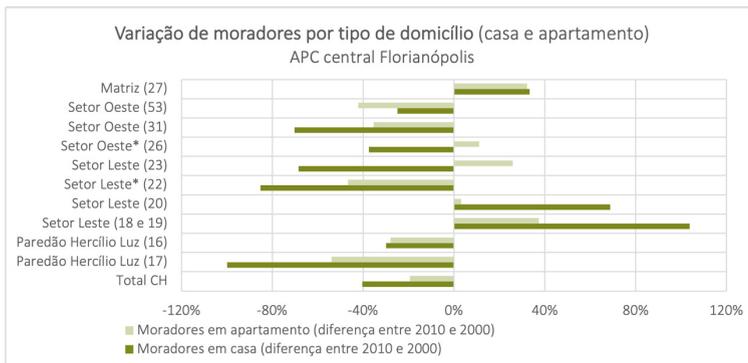


Gráfico 6: Variação de moradores na área central de Florianópolis entre 2000 e 2010, conforme tipo de domicílio (casa ou apartamento).

Parcela expressiva dos bens classificados como P1 da área central é de casas ou sobrados, já que são também os imóveis mais antigos, testemunhos arquitetônicos da cidade pré-verticalização. No entanto, a função residencial há muito tempo deixou de ser preponderante nesses imóveis, aos poucos transformados em lojas, bares, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais.

Em 2000, havia 191 domicílios tipo casa na área analisada, 67% dos quais concentravam-se nos setores 22, 26 e 53. O setor 22 reunia, sozinho, 46,1% do total (ou 88 dos 191 domicílios tipo casa). Já em 2010 foram contabilizados 112 domicílios do tipo casa nos setores censitários analisados (perda relativa total de 41,4%), sendo que apenas o setor 22 perdeu 72 (ou 81,8%) dos seus domicílios tipo casa na década.

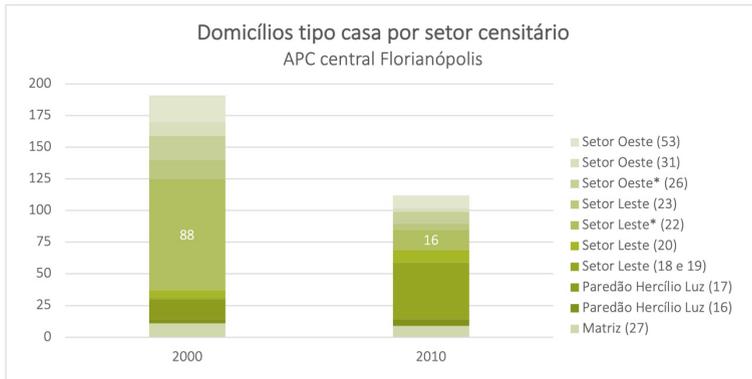


Gráfico 7: Variação de domicílios tipo casa no centro histórico de Florianópolis entre 2000 e 2010.

Em 2000, a área analisada possuía 5.711 moradores. Em 2010, houve uma perda total de 21,3% de moradores em relação à década anterior. Só os setores 16 e 17 juntos perderam 44,1% da sua população (uma redução de 837 moradores). O setor 22 foi o que mais perdeu moradores (passando de 731 para 280 habitantes, um decréscimo de 61,6%), seguido do setor 53, com 329 moradores a menos (perda percentual de 44,1%).

A perda de moradores foi acompanhada de alterações na composição da população residente no centro histórico. Entre 2000 e 2010, na média geral, o centro histórico perdeu moradores jovens (de até 24 anos) e incrementou sua população idosa (acima de 55 anos).

Dentre os setores que perderam população no período, a única exceção é o setor 22 (Setor Leste), onde cresceu o percentual de habitantes abaixo de 24 e acima de 55 anos (ou seja, os moradores que deixaram o setor possuem entre 25 e 54 anos). Dentre os setores com perda populacional, o decréscimo de jovens até 24 anos foi sempre maior do que das outras faixas etárias.

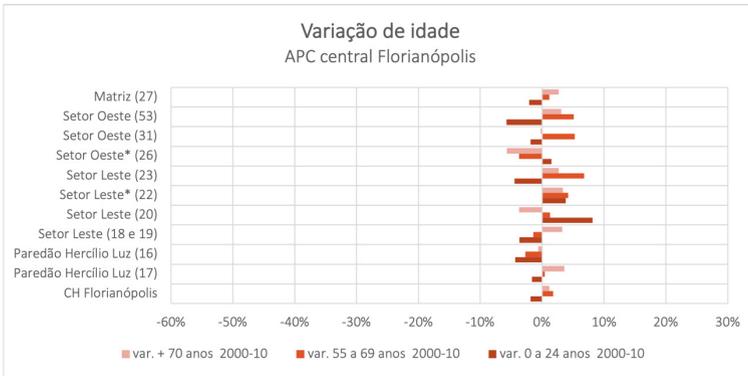


Gráfico 8: Variação de idade dos moradores no centro histórico de Florianópolis entre 2000 e 2010.

Entre 2000 e 2010, o centro histórico também perdeu moradores com maior renda (acima de 10 salários-mínimos) e ganhou, proporcionalmente, moradores de renda baixa (até 2 salários-mínimos, incluindo moradores sem renda), o que demonstra uma tendência geral de empobrecimento da população residente (ou de manutenção da população de renda mais baixa, enquanto os residentes de maior renda mudaram para outras regiões da cidade).

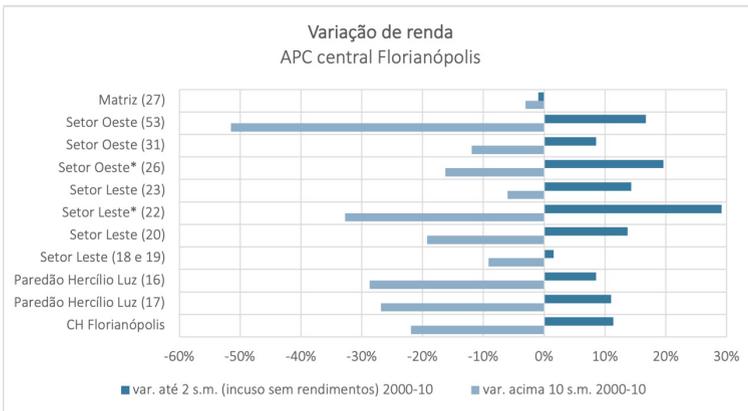


Gráfico 9: Variação de renda de responsáveis por domicílios centro histórico de Florianópolis entre 2000 e 2010.

Além das variações de moradores e domicílios, o índice de vacância (relação entre domicílios vagos e total de domicílios) é outro indicador importante para caracterizar a dinâmica urbana de uma região. Em geral, altos índices de vacância estão associados a uma perda de vitalidade (econômica e social) e significam, no caso dos conjuntos históricos urbanos, uma tendência de agravamento do estado geral de conservação dos imóveis.

Já o percentual de imóveis de uso ocasional em uma região associa-se, em geral, a atividades turísticas ou de lazer. Cidades ou bairros turísticos são caracterizados pela alta porcentagem de domicílios de uso ocasional (chamadas segundas residências).

Em 2010, a relação entre domicílios vagos e o total de domicílios do município era de 11,1% e os domicílios de uso ocasional correspondiam a 12,9% do total de domicílios de Florianópolis.

Na área central, a vacância média dos setores censitários analisados era, em 2010, de 14% (acima da média do município), enquanto a porcentagem média de domicílios de uso ocasional era de 7,1% (praticamente a metade de média do município). Os setores 26, 22 e 27 possuíam a maior vacância, com 20,1%, 18% e 16,5% de domicílios vagos, respectivamente.

Contudo, não há uma relação evidente entre perda populacional e maiores índices de vacância (os setores com maior perda populacional não possuem índices acima da média da região, sendo que todos possuem vacância maior que a média do município e é possível que a vacância tenha aumentado no período, embora esse não tenha sido um dado aferido).

O que os dados permitem aferir é que, que pese a vocação turística de Florianópolis, principalmente por sua característica balneária, essa atividade é pouco desenvolvida no centro histórico. Em geral, o percentual de uso ocasional é bastante reduzido na área central: quase 6% menor que no restante do município. Já a vacância total (domicílios vagos) é aproximadamente 3% maior no centro histórico – com setores onde essa diferença ultrapassa 5%.

Em síntese, a área central tem um percentual de domicílios vagos acima da média do município e, apesar do apelo turístico que os centros históricos possam possuir, no caso de Florianópolis a fração de domicílios de uso ocasional no centro histórico está bastante abaixo da média do município.

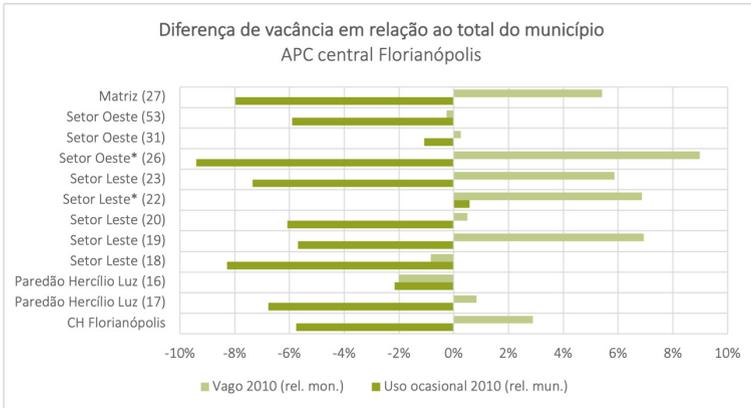


Gráfico 10: Diferença entre as taxas de domicílios vagos e de uso ocasional entre o centro histórico e as médias do município de Florianópolis em 2010.

3 A perda de população e de vitalidade econômica nos núcleos urbanos históricos e seu impacto na construção de novos mecanismos de ação

A perda de vitalidade econômica dos centros históricos tem sido motivo para uma nova discussão dos instrumentos e modelos de gestão de conjuntos urbanos protegidos na França. Em 2016, a Inspeção Geral de Finanças, juntamente com o Conselho Geral de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável franceses lançaram um relatório pormenorizado sobre a preocupante situação geral das atividades comerciais nos centros históricos, especialmente percebido nas cidades pequenas e médias, fenômeno acompanhado de perdas populacionais e de tendência à precariedade no estado de conservação das edificações²⁵. Como resposta imediata, um novo plano nacional, com mecanismos de incentivo e gestão compartilhada, foi lançado no mesmo ano²⁶.

As cidades devem organizar sua candidatura a partir de uma série de indicadores que caracterizam a situação geral, dentre os quais: situação demográfica, econômica, perda e envelhecimento da população, perda de jovens, domicílios vagos, comércios fechados, estado de conservação do patrimônio edificado e dos espaços públicos e meio ambiente paisagístico. O plano ainda afirma que:

25 Inspection générale des finances et Conseil général de l'environnement et du développement durable, 2016.

26 DAUGE, 2016.

[...] é preciso uma verdadeira inversão das políticas. Na verdade, apesar da Lei Malraux, em 50 anos nós não instituímos mais que uma centena de setores salvaguardados. As ZPPAUP tiveram mais sucesso em números, mas elas não tiveram a força necessária, na situação atual, para tratar dos quarteirões e dos centros históricos em situações muito difíceis²⁷.

Promulgada em 1962, a Lei Malraux instituiu os “*secteurs sauvegardés*” como principal dispositivo de proteção dos conjuntos históricos urbanos na França, em resposta às rápidas transformações urbanas da época. Sua repercussão foi mundial e influenciou diretamente a política de preservação do patrimônio urbano em muitos países. Além da proteção, a legislação criou importantes mecanismos de incentivo fiscal aos proprietários e usuários de imóveis situados em áreas protegidas (que, dependendo das circunstâncias, podem ter até 40% do custo das obras de conservação abatidos do imposto de renda).

Mas o processo de proteção, que previa a elaboração de planos de preservação detalhados, era muito vagaroso e, em 1983, no âmbito do processo de descentralização administrativa do Estado, foram criadas as ZPPAUP (Zonas de Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Urbano e Paisagístico), em substituição aos *secteurs sauvegardés*.

Em 2010, as ZPPAUP foram transformadas em “Áreas de Valorização da Arquitetura e do Patrimônio” (AVAP) e, em 2016, uma nova reformulação na política de preservação das áreas urbanas históricas agrupou todas as categorias, criando os “Sítios Patrimoniais Remarcáveis”. Em todos os casos, há o reconhecimento de que as ações de preservação devem ser acompanhadas de uma série de medidas de incentivo ao uso e à dinâmica urbana das áreas e, além disso, devem passar por permanentes reavaliações.

De acordo com o documento, também os planos de preservação desenvolvidos para os *Secteurs sauvegardés* ou para as ZPPAUP deverão ser revistos, viabilizando um olhar diferenciado e realista que permita a conservação de forma adaptada às condições da vida moderna e desejos atuais da população. O texto frisa ainda que a retomada de moradias e de usos dos conjuntos urbanos protegidos não será possível a partir de intervenções pontuais, na escala dos imóveis, mas sim dos quarteirões.

O caso francês não é, obviamente, transplantável para a realidade brasileira, mas ao menos a reflexão subjacente sobre a necessidade de

27 DAUGE, 2016, p. 28. Tradução própria.

avaliações periódicas dos conceitos e instrumentos disponíveis a partir de dados empíricos é válida em qualquer contexto. Nesse caso, qual seria a avaliação (e revisão) possível da atuação no campo da preservação urbana no Brasil?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O centro histórico de Florianópolis é caracterizado, pelo menos desde a década de 1970, por uma paisagem urbana heterogênea, marcada pelo processo de verticalização iniciado nos anos 1950, acompanhado mais tarde da construção do aterro da Baía Sul.

Ainda que a lei municipal de tombamento tenha sido uma das primeiras legislações locais de proteção no Brasil, a proteção dos conjuntos históricos na área central se deu apenas na segunda metade da década de 1980, quando o processo de verticalização já havia se consolidado.

Apesar das importantes perdas populacionais contabilizadas entre as décadas de 2000 e 2010 (considerando que no mesmo período a cidade de Florianópolis ganhou 23% de habitantes, enquanto a área central perdeu mais de 22% dos seus moradores), o centro histórico mantém-se marcadamente residencial, característica importante para a manutenção da sua vitalidade urbana no cotidiano.

Essa característica residencial é mantida quase que exclusivamente pela existência dos edifícios de apartamento edificadas seja dentro da APC, seja no seu entorno imediato. Mesmo assim, a construção de edifícios altos junto ou nas vizinhanças da APC é sempre motivo de grande discussão quanto à sua permissibilidade em virtude das possíveis interferências visuais às edificações históricas de menor altura.

Nesse sentido, ainda vigora um entendimento formalista e restritivo, apoiado em uma interpretação particular (às vezes até equivocada) de textos internacionais, como a Recomendação de Nairóbi de 1976, que trata da salvaguarda de conjuntos históricos, e diz:

Um cuidado particular deve ser destinado à regulamentação e ao controle das novas construções para assegurar que sua arquitetura se insira harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. [...] uma análise do contexto urbano deverá preceder toda construção nova não apenas para definir o caráter geral do conjunto, mas também para analisar suas dominantes: harmonia de alturas, cores, materiais e formas, constantes da composição de fachadas e telhados, relações dos volumes cons-

truídos e dos espaços, bem como suas proporções médias e a implantação dos edifícios. [...] qualquer alteração sem critério pode ter um efeito de massa prejudicial à homogeneidade do conjunto.

Muitas vezes, confunde-se harmonia com homogeneidade e são estabelecidos parâmetros extremamente restritivos sem que sejam consideradas as especificidades de uma paisagem urbana heterogênea já consolidada.

Assim, a Lei Municipal 2193/85, já previa que novas construções nas APC's deveriam ser formalmente condicionadas à volumetria e altura das edificações vizinhas de classificações mais restritiva, ou seja, em geral, edificações de baixa altura, apesar da característica já heterogênea do conjunto tombado:

Art. 107 - Os projetos de categorias P-3 deverão se harmonizar com a arquitetura do conjunto formado pelas edificações vizinhas, respeitando as características do volume e altura, da cobertura e prolongamento dos telhados, da forma, divisão e proporção das coberturas exteriores, da composição, cores e revestimentos das fachadas. § 1º - A altura das edificações no caso de construções novas, ou de ampliação das existentes, não deverão exceder a altura máxima das edificações das categorias P-1 e P-2 mais próximas;

As porções do centro histórico de Florianópolis que ainda aglutinam o maior número de domicílios tipo casas são justamente aquelas que detêm o maior percentual de imóveis considerados de valor histórico, especialmente os setores 22 (setor leste) e o 53 (setor oeste, junto à Rua Conselheiro Mafra), sendo também os que mais perderam moradores e domicílios entre 2000 e 2010. Ou seja, a função residencial do coração do centro histórico está sendo rapidamente eliminada, geralmente substituída por usos comerciais e de serviços, sobre os quais será imprescindível também produzir dados, pois a dinâmica comercial do centro da cidade mudou radicalmente desde a construção dos grandes centros comerciais em outros bairros e mais ainda no decorrer do ano de 2020, sob forte impacto da pandemia do COVID-19.

É possível que, em muitos casos, estejamos a meio caminho, entre Veneza e Varanasi²⁸, onde os principais aspectos físicos dos conjuntos his-

28 Para acompanhar a reflexão apresentada por Francesco Bandarin (BANDARIN e VAN OERS, 2012), mencionada anteriormente.

tóricos permanecem preservados (ou pouco alterados), enquanto seu corpo social, ainda que em permanente transformação, mantém vivas tradições, memórias e manifestações das culturas locais e, principalmente, vivo o próprio tecido urbano. Contudo, a essência mutante das cidades – que permite que elas continuem sendo vivenciadas como tal – tem sido sistematicamente ignorada pelas ações de preservação e conservação dos conjuntos urbanos históricos.

Importante frisar que os dados se referem aos censos de 2000 e 2010, sendo visível que as tendências detectadas persistiram e mesmo se acirraram na última década. Nesse sentido, já fazem falta os dados do censo cancelado de 2020. Por outro lado, ainda não existem dados sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 nos combalidos centros de cidades brasileiras, mas as inúmeras restrições impostas certamente incidiram de forma acentuada sob as condições preexistentes.

Infelizmente, as alterações demográficas e funcionais sofridas pelos conjuntos urbanos históricos nas últimas décadas não têm sido consideradas nem para a revisão dos instrumentos de regulação e controle, nem para a construção de estratégias de preservação ou de gestão das áreas urbanas históricas (nem em Florianópolis, nem no resto do Brasil²⁹). Entretanto, é cada vez mais urgente que essas sejam questões conhecidas, consideradas e discutidas, juntamente com a necessária criação de mecanismos eficazes de fomentos e incentivos a usuários e proprietários de imóveis tombados ou situados dentro de zonas de proteção.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Betina. *Preservação Urbana: Gestão e Resgate de uma História*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- BANDARIN, Francesco e VAN OERS, Ron. *The Historic Urban Landscape. Managing heritage in an urban century*. Oxford: John Wiley & Sons, 2012.
- CHOAY, Françoise. *La notion de patrimoine em urbanisme*. In; BAZIN, Marcel e GRANGE, Anne-Marie. *Les urbanistes et le patrimoine*. Reims: Presses universitaires de Reims, 2002.
- DAUGE, Yves. *Rapport au Premier Ministre – Plan national em faveur des nouveaux espaces protégés*. Paris, 2016. Disponível em: <http://www.asso-france-patrimoineinternational.org/wp-content/uploads/2017/04/plan_na

29 Exceção talvez para o Projeto de Lei 11/21 do município do Rio de Janeiro, que discute a formatação do projeto “Reviver o Centro”, em discussão junto à câmara de vereadores.

- tional_dauge.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- FIORI, Ruth. *L'invention du vieux Paris*. Wavre: Mardaga, 2012.
- GIOVANNONI, Gustavo. *L'urbanisme face aux villes anciennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1998 [1931].
- ICOMOS. *Québec Declaration on the Preservation of the Spirit of Place*. Québec: ICOMOS, 2008.
- ICOMOS. *Recommendation concerning the Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas*. Nairóbi: ICOMOS, 1976.
- ICOMOS. *Resolutions of the International Symposium on the Conservation of Smaller Historic Towns*. 4th ICOMOS General Assembly. Rothenburg ob der Tauber: ICOMOS, 1975
- ICOMOS. *Resolutions of the Symposium on the Introduction of Contemporary Architecture into Ancient Groups of Buildings*. Budapeste: ICOMOS, 1972.
- ICOMOS. *The Declaration of Amsterdam*. Amsterdam: ICOMOS, 1975
- ICOMOS. *The Valletta Principles for the Safeguarding and Management of Historic Cities, Towns and Urban Areas*. La Valletta: ICOMOS, 2011.
- ICOMOS. *The Venice Charter*. Veneza: ICOMOS, 1964.
- Inspection générale des finances et Conseil général de l'environnement et du développement durable. *La revitalisation commerciale des centres-villes*. Paris, 2016. Disponível em: <https://www.economie.gouv.fr/files/files/PDF/Rapport_RevitalisationcentresvillesVdef_octobre2016.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- LEAL, Claudia F. Baeta (org.). *As Missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Rio de Janeiro: Iphan, 2008.
- LYRA, Cyro Corrêa. *Casa vazia, ruína anuncia*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- MICELLI, Ezio e PELLEGRINI, Paola. *Wasting heritage*. The slow abandonment of the Italian Historic Centres. *J. Cult. Herit*, n. 31, p. 180-188, 2018.
- RAZEMON, Olivier. *Comment la France a tué ses villes*. Paris: Rue de l'échiquier, 2016.
- RIBEIRO, Cecília. *Viana de Lima em missão da Unesco no Brasil*. *Urbana*, v. 5, n. 6, p. 53-72, 2013. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/204817066.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. Tercera edición. Madrid: La Balsa de la Medusa, 2008. [1903]

- SITTE, Camilo. *L'art de bâtir les villes. L'urbanisme selon ses fondements artistiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1996 [1889].
- TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura e YUNES, Gilberto Sarkis (orgs.). *Itinerários da arquitetura moderna – Florianópolis*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.
- UNESCO. *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Paris: UNESCO, 2011.
- WEISSHEIMER, Maria Regina. *Preservação do Patrimônio Urbano No Brasil - Uma análise de tendências para uma mudança de abordagem*. Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, v. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2117/336489>>. Acesso em 17 nov. 2021.
- WEISSHEIMER, Maria Regina. *A cidade histórica no Brasil urbano: entre transformações e preservação*, RITA, n. 13, 2020. Disponível em: <<http://revue-rita.com/dossier-13/a-cidade-historica-no-brasil-urbano-entre-transformacoes-e-preservacao-maria-regina-weissheimer.html>> Acesso em 17 nov. 2021.

Recebido em 30/08/2021

Aprovado em 24/11/2021